

Termo de Referência nº 03/2025

1. ENTES REQUISITANTES

- 1.1 Hospital de Pronto Socorro Dr. Geraldo Mozart Teixeira (HPS/SS)
- 1.2 Departamento da Unidade Regional Leste (SS/SSAES/DURL)
- 1.3 Departamento de Clínicas Especializadas (SS/SSAS/DCE)
- 1.4 Serviço de Transporte Inter-Hospitalar (SS/SSUE/STIH)

2. OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação prestação de serviços de Esterilização, Reesterilização e Reprocessamento de Materiais e Artigos Médicos Hospitalares, em atendimento ao Hospital de Pronto Socorro Dr. Geraldo Mozart Teixeira (HPS/SS), Departamento da Unidade Regional Leste (SS/SSAES/DURL), Departamento de Clínicas Especializadas (SS/SSAS/DCE) e Serviço de Transporte Inter-Hospitalar (SS/SSUE/STIH), conforme especificação técnica e condições comerciais, descritos e especificados abaixo, neste instrumento.

2.2. Deverá ser realizado procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, com vistas a assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para a Administração Pública.

2.3. Esta modalidade será adotada por se tratar de um objeto classificado como serviço comum e contínuo, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado conforme previsto nos arts. 6º, XIII e XLI, 29 da Lei federal nº 14.133/21 c/c art. 3º, II e §1º do Decreto Municipal nº 13.892/2020.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A presente contratação é necessária para suprir as necessidades assistenciais da Secretaria de Saúde através do processo de esterilização dos diversos insumos e

materiais médicos hospitalares, itens essenciais e indispensáveis ao trabalho diário da assistência de saúde nas Unidades da Secretaria de Saúde.

A prestação do serviço garantirá o reabastecimento de forma ininterrupta os insumos e materiais necessários ao atendimento nas Unidades Assistenciais. Além disso, as unidades requisitantes da Secretaria de Saúde não dispõem de equipamentos em condições de realizar o processo de esterilização de materiais e/ou artigos termos sensíveis, nos instrumentais cirúrgicos, visando obter a eliminação de micro-organismos patogênicos e que porventura possam causar riscos ocupacionais e de transmissão, causadores da infecção hospitalar, tendo no óxido de etileno a eficácia na eliminação dessas bactérias.

Considera-se o uso do gás óxido de etileno como agente esterilizante de comprovada eficiência em materiais médico-hospitalares, especialmente para materiais e artigos termos sensíveis. Este gás tem o poder de eliminar todas as formas de micro-organismos, não requerendo altas temperaturas, umidade e pressão, não provocando danos aos artigos submetidos ao método de esterilização em questão.

Ressaltamos que este tipo de esterilização só pode ser executado por empresas especializadas, que tenham liberação de funcionamento autorizado pela VISA, conforme Portaria Interministerial 482 de 16/04/99, resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 156, de 11 de agosto de 2006 e Resolução – RE nº 2605, de 11 de agosto de 2006.

O processo de esterilização a gás óxido de etileno tem obtido aplicação e eficácia considerável em artigos com labilidade ao calor e umidade, como instrumentos cirúrgicos intrincados e delicados, artigos utilizados que ao serem esterilizados em altas temperaturas, ocorrem danos significativos em sua estrutura.

Esclarecemos, por fim, que há contrato com o objeto em questão, nº 01.2022.042, com vigência até 19/03/2026, sem possibilidade de outras prorrogações. Logo, reafirmamos a necessidade de abertura de novo procedimento licitatório para prestação do serviço, devido a não possibilidade de prorrogação contratual.

4. AVALIAÇÃO DO CUSTO

4.1. Especificações e valores estimados conforme planilha em anexo.

Item	NETDEIN	CATSER	Unidade	Descrição	Valor Mensal Estimado	Valor Global Anual Estimado
1	298910004	14273	Serviço	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de esterilização, reesterilização e reprocessamento de materiais e artigos médico-hospitalares termossensíveis, que não suportam altas temperaturas, umidade e pressão, pelo gás óxido de etileno	R\$ 174.153,1480	R\$ 2.089.837,78

O valor global estimado mensal é de R\$ 174.153,1480 (cento e setenta e quatro mil cento e cinquenta e três reais e cento e quarenta e oito milésimos de real).

O valor global estimado anual é de R\$ 2.089.837,78 (dois milhões, oitenta e nove mil, oitocentos e trinta e sete reais e setenta e oito centavos).

O valor global estimado, para o período de 5 (cinco) anos, é de R\$ 10.449.188,90 (dez milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, cento e oitenta e oito reais e noventa centavos).

4.2 O serviço de esterilização será prestado conforme a demanda efetiva da Administração, a qual poderá variar ao longo da vigência contratual, inexistindo obrigação de consumo mínimo ou quantidade previamente definida de materiais a serem esterilizados no mês.

4.3 Em razão da natureza variável do objeto, não há valor fechado ou quantitativo fixo de materiais, sendo o pagamento realizado exclusivamente pelos serviços efetivamente executados. As variações de demanda constituem risco ordinário do contrato, previamente conhecido e aceito pela contratada, não ensejando, por si só, reequilíbrio econômico-financeiro.

5. RECURSO ORÇAMENTÁRIO

5.1. Os recursos necessários para a compra dos itens objeto deste Processo Licitatório serão aqueles previstos nas dotações orçamentárias das Subsecretarias e Secretaria de Saúde. Sistema de Registro de Preços.

Secretaria de Saúde
Av. Brasil, 2.001, 2º andar – Centro – CEP: 36060-010

Tel.: (32) 3690-8111 / 3690-8197 / 3690-7145

	PTRES	FONTE	ND
HPS/SS e COAPE	102100.10.302.0003.2334.5222	1.6.21.009606	3.3.90.39
	102100.10.302.0003.2284.0000	1.6.00.009626	3.3.90.39
DCE/SSAES/SS	102100.10.302.0003.2281.0000	1.6.00.009626	3.3.90.39
DURL/SSAES/SS e STIH/SSAES/SS	102100.10.302.0003.2284.0000	1.5.00.009918	3.3.90.39

5.2. O contrato será efetuado pelo valor global e executado com a produtividade apresentada, dos itens esterilizados, conforme anexo 1 deste termo. Desta forma, os itens a serem enviados, estão descritos em valores unitários, que serão cobrados conforme processamento em esterilização até o limite orçamentário de cada Unidade demandante. O ANEXO I, determina os itens que poderão ser encaminhados, desde que devidamente listados, em condições de processamento. Os quantitativos serão contabilizados e informados seus respectivos valores em NF, conferidas pelos fiscais do contrato em cada Unidade, sendo o limite financeiro, o valor global mensal.

6. DOS MATERIAIS E QUANTITATIVOS PARA ESTERILIZAÇÃO

6.1. Os quantitativos individualizados no orçamento em anexo foram sugeridos com base nas medições realizadas através do histórico da demanda de artigos que necessitam serem reprocessados e de acordo com as peculiaridades dos mesmos, expressando as necessidades no que concerne ao serviço a ser contratado, refletindo nas necessidades mínimas, vislumbrando o pleno atendimento das demandas dos serviços de saúde sem prejuízo dos mesmos.

6.2. O quantitativo fora determinado como máximo estimado, de sorte que as variações estarão sujeitas aos ditames do art. 125, da Lei nº 14.133/2021.

6.3. Por se tratar de serviços equivalentes e para facilitar o controle e fiscalização, bem como uniformizar os procedimentos relacionados à prestação de serviço de esterilização, reesterilização e reprocessamento de materiais por óxido de etileno, solicita-se que os itens da planilha sejam licitados como um único item/lote, de modo que os participantes

ofereçam lances para o “pacote”, tendo como base o valor de referência para os itens elencados, de maneira a possibilitar a celebração de contrato com apenas um fornecedor.

As condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital, serão tacitamente aceitas pelo proponente no ato do envio de sua proposta comercial. As propostas deverão mencionar explicitamente:

- 1 - O preço unitário e global para cada item.
- 2 - O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data marcada para a abertura das mesmas.
- 3 - Nos preços propostos deverão estar inclusos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da contratada.
- 4 - Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com até 2 (duas) casas decimais após a vírgula.
- 5 - Prazo de entrega do produto não superior a 10 (dez) dias corridos, contados a partir da emissão da nota de empenho ou instrumento equivalente, pelo detentor do preço registrado.
- 6 - Os documentos solicitados poderão ser emitidos via Internet, desde que contemplem todas as informações constantes no documento original, ou que permitam a identificação do item cotado.
- 7 - A empresa vencedora deverá estabelecer rota compatível com as necessidades para recolhimento conforme informado em tópico 9.1.2.1 deste Termo de Referência e devolução no mesmo local de retirada após processo de esterilização devidamente aprovada pela Secretaria de Saúde.

7. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS PARA HABILITAÇÃO

7.1. Deverão ser apresentados os seguintes documentos, sob pena de desclassificação das propostas de preços:

7.1.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível

com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante.

7.1.2. Cópia do Alvará Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária competente.

7.1.3. Documento comprovando o registro de Licenciamento Ambiental constando a localização, instalação e operação junto ao órgão competente – federal, estadual ou municipal.

7.2. Da habilitação fiscal:

7.2.1 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

7.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da pretensa contratada, pertinente à atividade empresarial objeto desta contratação direta.

7.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

7.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual.

7.2.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal.

7.2.5.1 Para os fins do art. 41 do Código Tributário Municipal, a habilitação dos proponentes não sediados no Município de Juiz de Fora/MG, ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal perante este Município.

7.2.5.1.1 Nos termos da subcláusula anterior, o proponente, se desejar, poderá apresentar junto de sua documentação de habilitação, a Certidão Negativa de Débito Ampla expedida pela Prefeitura de Juiz de Fora/MG.

7.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto –Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

7.2.7 A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

7.2.7.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

8. VIGÊNCIA

8.1 O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/ 2021, pelas disposições do Edital, pelos itens do presente Termo de Referência e pelos preceitos do direito público.

8.2 O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela autoridade gestora da despesa de acordo com art.106, inciso, III, § 1º da Lei 14.133/21.

8.3 Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital, no Termo de Referência, assim como na proposta apresentada pelo adjudicatário.

8.4 A prestação dos serviços será formalizada pela assinatura do Contrato entre a Secretaria de Saúde e a empresa vencedora, desde que haja condições e preços mais vantajosos para a Contratante. Além disso, o prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado nas prerrogativas do art. 106, I, II e III da Lei Federal n.º14.133/2021.

8.5 A possibilidade de prorrogação contratual decenal, nos termos do art. 107 da Lei Federal n.º14.133/2021, ocorrerá, desde que seja verificada a real necessidade e vantajosidade para a Administração Pública em sua continuidade. A prorrogação também fica condicionada a não ocorrência de penalidades ou registros que demonstrem a incapacidade de atendimento, durante o seu primeiro ano de vigência.

8.6 Com fundamento no art. 106 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se a formalização de contrato com vigência de 5 (cinco) anos, considerando que a contratação de longo prazo proporciona maior previsibilidade orçamentária, facilita o planejamento financeiro da Administração e assegura a continuidade do serviço/fornecimento, reduzindo riscos de

descontinuidade. Além disso, contratos mais longos evitam a necessidade de prorrogações frequentes e reduzem custos administrativos com novos processos licitatórios, além de possibilitar melhores condições comerciais, já que fornecedores tendem a oferecer propostas mais vantajosas quando há garantia de vínculo contratual por prazo maior. Dessa forma, a proposta atende ao interesse público, garantindo eficiência e economicidade.

8.7 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, impossibilitando qualquer relação entre estes que represente pessoalidade e subordinação direta.

8.8 Poderá ocorrer o reajuste do valor contratual, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta de preços, com base no IPCA/IBGE, conforme disposições do Decreto Municipal n.º 8.542, de 09 de Maio de 2005, que regulamenta o reajuste de preços nos contratos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, e dá outras providências.

8.9 Será admitida a revisão do equilíbrio econômico-financeiro do preço ajustado, com observância do disposto no art. 124 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

9. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1.1. Cabe à CONTRATADA a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência segundo as necessidades e requisições da SS.

9.1.2. Os serviços serão prestados na sede da CONTRATADA da forma abaixo descrita:

9.1.2.1. Os materiais constantes do ANEXO I deverão ser coletados nas respectivas unidades requisitantes de segunda a sábados, com exceção do Departamento de Clínicas Especializadas, que será de segunda a sexta, conforme rota definida e aprovada pela PJF, nos seguintes endereços e horários:

UNIDADE	ENDEREÇO	HORÁRIO
HPS - Hospital de Pronto Socorro Dr. Mozart Teixeira	Av. Barão do Rio Branco, 3408 - Bom Pastor, Juiz de Fora - MG, Cep: 36021-630	De 07:00 às 17:00 h
Departamento da Unidade Regional Leste	Avenida Brasil, 1150 - Costa Carvalho, Juiz de Fora - MG, Cep: 36.070-100	De 9:00 às 16:00 h

Secretaria de Saúde
Av. Brasil, 2.001, 2º andar – Centro – CEP: 36060-010

Tel.: (32) 3690-8111 / 3690-8197 / 3690-7145

Departamento de Clínicas Especializadas	R. Marechal Deodoro, 496 - Centro, Juiz de Fora - MG, Cep: 36015-510	De 07:00 às 17:00 h
Serviço de Transporte Inter-Hospitalar	R. Benjamin Constant, 1000 - Centro, Juiz de Fora - MG, Cep: 36107-000	De 07:00 às 10:00 h

*Observação: Os locais indicados poderão ter os endereços alterados ou poderão ocorrer inclusão de novos locais de acordo com os interesses da Secretaria de Saúde, uma vez que o contrato firmado atenderá a diversas unidades da Secretaria de Saúde.

À medida que novos setores da Secretária de Saúde forem sendo agregadas ou, em caso de mudanças de endereços, a contratante informará formalmente à contratada para que sejam incluídos ou alterados na lista de endereços, referentes às unidades de saúde que sofrerão manutenções prediais.

9.1.2.2 Os materiais constantes do ANEXO I, deverão ser esterilizados por óxido de etileno e devolvidos, até 4 (quatro) dias úteis após a coleta, conforme rota estabelecida e aprovada pela pelas unidades requisitantes.

9.1.3 A cada envio de artigos, após os mesmos serem processados e esterilizados, serão utilizados indicadores biológicos conforme portaria Interministerial nº 482 de 16/04/99, para controle de esterilidade dos ciclos além dos resultados dos testes de cromatografia em fase gasosa comprovando ausência de toxicidades para resíduos de Óxido de Etileno, Etileno, Etileno Glicol e Etileno Cloridrina.

9.1.4 Emissão de Laudo Técnico indicando ausência de pirogênio, quando se tratar de produtos de uso endovenoso

9.1.5 Quando o material for entregue pela CONTRATADA à CONTRATANTE e ao ser conferido ficar constatado pela unidade de Saúde que o mesmo apresenta dano ou falta de peças, este deverá ser substituído pela CONTRATADA por novo, ou por peças necessárias novas e entregue para pronto uso, num prazo de até 72 (setenta e duas) horas úteis, sem nenhum ônus para a contratante. Esta cláusula tem validade também, quando o material não retornar por motivo de extravio no trânsito ou no âmbito da CONTRATADA.

9.1.6 Após a esterilização, os produtos deverão ser armazenados em local limpo, seco, livre de intempéries, aguardando a liberação do controle de qualidade durante a realização dos testes pertinentes.

9.1.7 A contratada deverá fornecer todos os materiais necessários para o transporte e acondicionamento dos itens a serem esterilizados.

9.1.8 Os artigos processados e esterilizados serão entregues às unidades de saúde, após

obedecida a especificação do item 9.1.3.

9.1.9 As amostras utilizadas pela CONTRATADA, em CONTROLE DE QUALIDADE, e os artigos considerados SEM MEIOS DE PROCESSAMENTO deverão ser devolvidos não estéreis nas respectivas unidades de saúde, através de memorandos específicos, sem nenhum ônus para a CONTRATANTE.

9.1.10 A CONTRATADA deverá devolver à CONTRATANTE, nos respectivos endereços, constantes no item 9.1.2.1 deste Termo de Referência, os artigos estéreis e para uso, embalados e rotulados, em papel grau cirúrgico com filme bilaminado, com uma selagem de 6mm em seladoras automáticas, constando na etiqueta especificação do serviço, data de esterilização e o prazo de validade da mesma.

9.1.11 A CONTRATADA deverá repor à CONTRATANTE os artigos que por ventura forem danificados e/ou extraviados durante a prestação dos serviços, da mesma marca e modelo.

9.1.12 Os produtos a serem empregados na execução dos serviços serão sempre de primeira qualidade, ficando a CONTRATADA sujeita a inspeção periódica pela CONTRATANTE.

9.1.13 O processo de lavagem deverá ser realizado em lavadora ultrassônica com posterior enxágue, onde haverá uma triagem em que se verificará a eficiência deste procedimento.

9.1.14 Os materiais entregues pela CONTRATANTE à CONTRATADA deverão passar por processos de lavagem, secagem por ar comprimido e, logo após em Secadora Automática, depois embalado em papel grau cirúrgico com filme bilaminado, com uma selagem de 6mm, em seladoras automáticas, e colocados em carros cestos que serão encaminhados à autoclave onde serão esterilizados e depois serão encaminhados para aeração ambiental.

9.1.15 A CONTRATADA deverá emitir relatório especificando o quantitativo dos serviços executados para cada um dos setores contemplados pelo objeto do presente Termo de Referência.

9.1.16 Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento,

armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

- a) Não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias;
- b) Durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração;
- c) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final;
- d) As substâncias a que se refere este artigo devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável;
- e) É vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;
- f) Quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs (Substâncias Destruidoras da Camada de Ozônio) forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;
- g) A SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a

unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.

9.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.2.1 Conferir a execução do serviço, embora a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução nas condições especificadas.

9.2.2 Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade na execução do serviço e interromper imediatamente a realização, se for o caso.

9.2.3 Solicitar nova execução do serviço quando verificado falhas na realização, mediante comunicação a ser feita pelo setor de compras/responsável da fiscalização.

9.2.4 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, necessárias à perfeita execução do contrato.

9.2.5 Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfaça às exigências editalícias.

9.2.6 Efetuar o pagamento à CONTRATADA por meio de crédito em conta-corrente bancária, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica.

9.2.7 Notificar por escrito à CONTRATADA a aplicação de qualquer sansão.

9.2.8 A CONTRATANTE ficará responsável pela fiscalização dos serviços objeto do contrato.

9.2.9 As unidades requisitantes deverão atestar na NF/Faturas a efetiva prestação do serviço, objeto deste instrumento, desde que satisfaça às exigências do edital.

9.3. DAS CONDIÇÕES PARA A COLETA E ENTREGA

9.3.1 Os materiais constantes no ANEXO I do presente Termo de Referência, deverão ser coletados e entregues as unidades de saúde da PJF, conforme rota estabelecida pela Secretaria de Saúde e informados em tópicos 9.1.2.1 e 9.1.2.2 deste termo de referência.

9.3.2 Prazo de entrega, após coleta: máximo 4 (quatro) dias úteis

9.3.3 A prestação de serviço deverá ser efetuada mediante solicitação da SS, a qual será

efetuada através da NE.

10. DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento será em até 30 (trinta) dias a partir da data da apresentação da fatura com o devido atesto e efetuado pelo setor competente, creditado em favor da contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá posteriormente à data de apresentação da competente nota fiscal eletrônica/fatura junto a unidade requisitante:

BANCO: _____

AGÊNCIA: _____

CONTA CORRENTE: _____

LOCALIDADE: _____

10.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

10.3 Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica.

10.4 No caso da não apresentação da documentação ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do contrato, fica a Secretaria de Saúde (SS) autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à licitante vencedora, das penalidades previstas.

10.5 A Secretaria de Saúde (SS) poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela licitante vencedora por força da contratação.

10.6 Quando ocorrer a situação prevista no subitem 10.5, não correrá juros ou atualizações monetárias de qualquer natureza, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

10.7 Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

10.8 Junto com o DANFE/NE Fatura a contratada deverá apresentar o certificado de regularidade do FGTS, Trabalhista, Estadual e Federal.

11. DAS PENALIDADES

11.1 Os casos de inexecução do objeto, por erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o licitante vencedor às penalidades previstas no Art. 156 da Lei 14.133/21, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

11.2 Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar à Secretaria de Licitações e Gestão de Contratos todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências;

11.2.1 Entende-se por autoridade competente a gestora da despesa executada.

11.3 Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração;

11.4 Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b” e “c” do item 11.1, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação;

11.4.1 Da aplicação da penalidade definida na alínea “d” do item 11.1, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação.

11.5 O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora da despesa, a qual decidirá o recurso, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, e o pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

12.1 O servidor designado fiscal ficará responsável por realizar vistoria e avaliação da empresa contratada para efeito de cumprimento de todos os itens deste Termo de Referência quando da disponibilização dos mesmos.

12.2 As Unidades Requisitantes atestarão no documento fiscal o cumprimento das condições exigidas no presente Termo de Referência, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos a empresa prestadora dos serviços.

12.3 As Unidades Requisitantes atestarão, no documento fiscal correspondente, a conferência do fornecimento nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos ao fornecedor.

12.4 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade das Unidades Requisitantes, seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei 14.133/21.

13. DA VISITA TÉCNICA

13.1. As empresas interessadas poderão realizar vistoria nos locais e instalações do fornecimento e da prestação dos serviços, de forma a obterem conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a sua execução, bem como, esclarecimentos quanto a eventuais dúvidas essenciais à formulação da sua proposta de preços.

13.2. A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na licitação, ficando, contudo, as licitantes cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

12.3. O agendamento poderá ser feito em até 03 (três) dias úteis anteriores à data da licitação, com os responsáveis das unidades indicadas abaixo.

12.3.1. Unidades que emitirão os atestados de vistoria técnica:

- DURL (Departamento da Unidade Regional Leste) – Av. Brasil, 1150 – Costa Carvalho – Juiz de Fora / MG. Tel.: 3690-7763 ou 7764 – Responsável: Angela Aparecida Alves Brum;
- HPS (Hospital de Pronto Socorro Dr. Geraldo Mozart Teixeira) – Av.: Barão do Rio Branco, 3408 – Passos – Juiz de Fora / MG. Tel.: 3690-8111 ou 8197. Responsável: Adriano Miranda de Sousa;
- DCE (Departamento de Clínicas Especializadas) – Rua Marechal Deodoro, 496 – Centro – Juiz de Fora / MG. Tel.: 3690-7459 - Responsável: Engracia Aparecida Gonçalves dos Santos
- STIH (Serviço de Transporte Inter Hospitalar) – Rua Benjamin Constant nº1000, Santa Helena – Juiz de Fora / MG. Tel: 36908413 – Responsável: Eliana Amaro de Carvalho Caldeira

*Observação: Os locais indicados poderão ter os endereços alterados ou poderão ocorrer inclusão de novos locais de acordo com os interesses da Secretaria de Saúde, uma vez que o contrato firmado atenderá a diversas unidades da Secretaria de Saúde.

À medida que novos setores da Secretária de Saúde forem sendo agregadas ou, em caso de mudanças de endereços, a contratante informará formalmente à contratada para que sejam incluídos ou alterados na lista de endereços, referentes às unidades de saúde que sofrerão manutenções prediais.

- a) A vistoria só deverá ser realizada mediante essa indicação ou autorização do setor solicitante.
- b) A vistoria poderá ser realizada quantas vezes o licitante julgar necessário para a elaboração de sua proposta.
- c) Os custos das vistorias correrão por exclusiva conta da licitante.
- d) O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

12.3.2. Os licitantes deverão apresentar Atestado de Vistoria Técnica realizada nas dependências do hospital, tomando conhecimento dos locais, dimensões, complexidade e dificuldade pertinentes à realização do objeto desta contratação.

12.3.3. Na vistoria, o licitante poderá efetuar medições para subsidiar a elaboração de suas propostas e eliminar possíveis omissões, falhas ou incompatibilidade.

12.3.4. O ato de apresentação de proposta, pelos licitantes, implicará a tácita admissão de que a documentação técnica e os esclarecimentos prestados foram julgados suficientes para que os serviços sejam executados nas condições estipuladas pelo Edital e seus anexos.

Juiz de Fora, data da assinatura eletrônica.

Adriano Miranda de Souza
Diretor-Geral
HPS/SSAES/SS/PJF

Angela Aparecida Alves Brum
Gerente
DURL/SSAES/SS/PJF

Eliana Amaro de Carvalho Caldeira
Gerente - STIH/SSAES/SS/PJF

Engracia Aparecida Gonçalves dos Santos
Gerente - DCE/SSAES/SS/PJF

Karina Fabri Campos
Subsecretária de Atenção Especializada -
SSAES/SS/PJF

Silvia Mendes de Oliveira
Secretária Adjunta de Saúde - SS/PJF

ANEXO I – RELAÇÃO DE MATERIAIS ESTERELIZADOS

ITEM	DESCRIÇÃO SIMPLIFICADA	QUANT. ANUAL TOTAL	VALOR UNIT.	VALOR GLOBAL
1	ASPIRADOR DE SALIVA (SUGADOR)	812	R\$ 12,78	R\$ 10.377,36
2	ALGODÃO ORTOPÉDICO	720	R\$ 5,23	R\$ 3.765,60
3	ATADURA CREPOM 8CM	300	R\$ 7,63	R\$ 2.289,00
4	ATADURA CREPOM 15CM	720	R\$ 8,29	R\$ 5.968,80
5	BISTURI ELETRICO	2892	R\$ 17,51	R\$ 50.638,92
6	BOTÃO CRONIOFIX	240	R\$ 9,57	R\$ 2.296,80
7	CABO BISTURI BIPOLAR	252	R\$ 17,73	R\$ 4.467,96
8	CANETA BISTURI BIPOLAR	252	R\$ 22,10	R\$ 5.569,20
9	CÂNULA GUEDEL	2668	R\$ 12,44	R\$ 33.189,92
10	CIRCUITO RESPIRADOR	5496	R\$ 89,88	R\$ 493.980,48
11	CONECTORES	2500	R\$ 12,03	R\$ 30.075,00
12	COPO NEBULIZADOR	12	R\$ 9,86	R\$ 118,32
13	COTONOIDE	240	R\$ 5,97	R\$ 1.432,80
14	DRENOS	1224	R\$ 13,68	R\$ 16.744,32
15	ELÁSTICO	420	R\$ 7,14	R\$ 2.998,80
16	ESCOVA DEGERMAÇÃO	3720	R\$ 6,62	R\$ 24.626,40
17	EXTENSÃO SILICONE	10324	R\$ 15,06	R\$ 155.479,44
18	EXTENSÃO SILICONE FIXA	2500	R\$ 14,44	R\$ 36.100,00
19	ESPONJA HEMOSTÁTICA	240	R\$ 7,30	R\$ 1.752,00
20	FAIXA SMARCH	500	R\$ 13,77	R\$ 6.885,00
21	FIO DE AÇO KIRCHNNER	3600	R\$ 18,74	R\$ 67.464,00
22	LAMINA ENXERTO	240	R\$ 14,61	R\$ 3.506,40
23	MACRONEBULIZADOR COMPLETO	2492	R\$ 61,63	R\$ 153.581,96
24	MACRONEBULIZADOR INCOMPLETO	8	R\$ 43,71	R\$ 349,68
25	MÁSCARA HUDSON/VENTURI/CPAP	672	R\$ 18,98	R\$ 12.754,56

26	MÁSCARA OXIGÊNOTERAPIA	4568	R\$ 21,73	R\$ 99.262,64
27	MICROPORE ROLO/ CORTAR 20CM	480	R\$ 9,02	R\$ 4.329,60
28	POTE PARA EXAME	6500	R\$ 10,16	R\$ 66.040,00
29	SACO DE LIXO/OLEADO	3600	R\$ 8,95	R\$ 32.220,00
30	TUBETES CITOCÁINA	60	R\$ 10,67	R\$ 640,20
31	TELA MARLEX	240	R\$ 25,81	R\$ 6.194,40
32	NEBULIZADOR COMPLETO	4400	R\$ 15,99	R\$ 70.356,00
33	TRAQUÉIA MÉDIA	50	R\$ 32,93	R\$ 1.646,50
34	UMIDIFICADOR GRANDE	3612	R\$ 31,40	R\$ 113.416,80
35	UMIDIFICADOR PEQUENO	1884	R\$ 18,50	R\$ 34.854,00
36	REANIMADOR MANUAL ADULTO	5352	R\$ 50,27	R\$ 269.045,04
37	REANIMADOR MANUAL INFANTIL	444	R\$ 47,33	R\$ 21.014,52
38	CLAMP	20	R\$ 10,73	R\$ 214,60
39	FRASCO ASPIRADOR AR COMPRIMIDO	3600	R\$ 29,86	R\$ 107.496,00
40	FRASCO ASPIRADOR OXIGÊNIO	2496	R\$ 25,53	R\$ 63.722,88
41	FRASCO ASPIRADOR VÁCUO	1200	R\$ 32,10	R\$ 38.520,00
42	PINÇAS ENDOSCOPIA / COLONOSCOPIA	720	R\$ 28,46	R\$ 20.491,20
43	GARROTE	120	R\$ 12,24	R\$ 1.468,80
44	MÁSCARA DE TRAQUEOSTOMIA	72	R\$ 14,06	R\$ 1.012,32
45	FIO GUIA TIPO BOUGIE	50	R\$ 19,61	R\$ 980,50
46	SPOÇO MORTO	240	R\$ 10,78	R\$ 2.587,20
47	ESPELHO ODONTOLÓGICO	500	R\$ 11,78	R\$ 5.890,00
48	KIT ACESSO CRANIANO	60	R\$ 33,27	R\$ 1.996,20

ANEXO II - ANÁLISE DE RISCOS

1. RISCOS NA ETAPA DE PLANEJAMENTO DA DEMANDA

RISCO 01	Definição inadequada do serviço a ser licitado
PROBABILIDADE	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO	() Baixo () Médio (X) Alto
DANO	Dimensionamento de quantitativos subestimados, aquém das necessidades das unidades requisitantes.
AÇÃO PREVENTIVA	Definir os requisitos necessários e suficientes, de forma que o objeto seja precisamente definido; Aperfeiçoar controles internos.
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO PREVENTIVA	Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) Equipe técnica responsável
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Rever os requisitos da aquisição, através de pesquisa de mercado
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Equipe de Planejamento da Contratação (EPC)

RISCO 02	Definição incorreta dos quantitativos a serem esterilizados / reesterilizados / reprocessados
PROBABILIDADE	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO	() Baixo () Médio (X) Alto
DANO	Dimensionamento de quantitativos subestimados, aquém das necessidades das unidades requisitantes
AÇÃO PREVENTIVA	Dimensionamento dos quantitativos com base em estudo prévio (memória de cálculo) elaborado pelos setores demandantes; Informar sobre previsão de alteração no perfil assistencial, que poderá impactar - na adequada realização do serviço.
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO PREVENTIVA	Equipe técnica responsável/ Área requisitante
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Acompanhar a realização do serviço propondo soluções através de novos processos licitatórios ou aditivo ao contrato, conforme limites legais.
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Equipe técnica responsável/ Área requisitante

RISCO 03	Estimativa incorreta dos preços referenciais na Pesquisa de Preços para contratação, seja para mais ou para menos
-----------------	---

PROBABILIDADE	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO	() Baixo () Médio (X) Alto
DANO	Prejuízo ao erário devido (sobrepço) e licitação deserta e/ ou fracassada (preços subestimados) Interrupção no atendimento prestado aos pacientes
AÇÃO PREVENTIVA	Realizar e avaliar adequada pesquisa de preços para objeto similar, seguindo as determinações da Lei e demais dispositivos normativos, considerando preços praticados em órgãos públicos e privados.
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO PREVENTIVA	Equipe de Planejamento da Contratação (EPC)
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Submeter a pesquisa de mercado preliminar à avaliação do setor responsável pela Pesquisa de Mercado da PJF para análise dos valores e fontes coletadas. Monitorar a execução da pesquisa de preços e fases de planejamento, solicitando, se necessário, revisão dos valores referenciais. Indicar revisão de preços quando detectado diferença de preços.
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Equipe de Planejamento e Setor responsável pela Pesquisa de Mercado no âmbito da PJF

RISCO 04	Escolha incorreta da solução, não estando o mercado preparado para atendê-la
PROBABILIDADE	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO	() Baixo () Médio (X) Alto
DANO	Inviabilização do serviço e prejuízos à assistência devido ao desabastecimento do objeto
AÇÃO PREVENTIVA	Revisar todas as especificações do Termo de Referência. Realizar adequado levantamento de mercado para objeto similar, consultando processos em órgãos públicos, fornecedores privados e modelos diversos de contratação.
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO PREVENTIVA	Setores Demandantes (Técnicos e Assistenciais) e Equipe de Planejamento
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Aperfeiçoar os descritivos cadastrados de acordo com a demanda necessária e com o existente no mercado, propondo soluções através de novos processos licitatórios.
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Setores Demandantes (Técnicos e Assistenciais) e Equipe de Planejamento

2. RISCOS NA ETAPA DE LICITAÇÃO E ESCOLHA DO FORNECEDOR

RISCO 01	Objetos que não atendam às especificações requeridas
PROBABILIDADE	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO	() Baixo () Médio (X) Alto

DANO	Oferta de objetos incompatíveis com os itens solicitados pela unidade demandante, com possível prejuízo ao erário e não atendimento às demandas elencadas pelo requerente (impossibilidade de aquisição do serviço)
AÇÃO PREVENTIVA	Revisão de todas as especificações do Termo de Referência
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO PREVENTIVA	Setores Demandantes (Técnicos e Assistenciais) e Equipe de Planejamento
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Aperfeiçoamento dos descritivos do Termo de Referência de forma que estejam em consonância com as necessidades e com os disponíveis no mercado. Análise da equivalência entre os descritivos apresentados pelos fornecedores e os licitados.
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Setores Demandantes (Técnicos e Assistenciais) e Equipe de Planejamento

RISCO 02	Descumprimento dos prazos estabelecidos no edital para envio das propostas e documentos de habilitação
PROBABILIDADE	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO	() Baixo () Médio (X) Alto
DANO	Atraso no processo licitatório
AÇÃO PREVENTIVA	Monitoramento dos prazos estabelecidos em edital a serem cumpridos pelos licitantes
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO PREVENTIVA	Equipe pela realização e acompanhamento do procedimento licitatório
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Aplicação de sanções
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Equipe pela realização e acompanhamento do procedimento licitatório

RISCO 03	Licitação deserta
PROBABILIDADE	() Baixa () Média (X) Alta
IMPACTO	() Baixo () Médio (X) Alto
DANO	Prejuízo à assistência devido à impossibilidade do fornecimento.

AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	<p>Revisão da metodologia utilizada para divulgação dos editais.</p> <p>Revisão do termo de referência e edital a fim de identificar os eventuais pontos que levaram a uma licitação deserta.</p> <p>Análise da viabilidade de aquisição através de novo processo licitatório ou através de Dispensa de Licitação.</p>
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Setores Demandantes (Técnicos e Assistenciais), Equipe de Planejamento e equipes responsáveis pela divulgação, realização e acompanhamento dos procedimentos licitatórios.

RISCO 04	Licitação Fracassada por Valor, Requisitos Técnicos ou de Habilitação
PROBABILIDADE	() Baixa () Média (X) Alta
IMPACTO	() Baixo () Médio (X) Alto
DANO	Prejuízo à assistência devido à impossibilidade de aquisição
AÇÃO PREVENTIVA	<p>Elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência que contenham uma ampla pesquisa de preços de mercado, contemplando o maior número possível de informações para o dimensionamento das propostas, tanto no aspecto de remuneração quanto em relação aos requisitos técnicos e de habilitação (jurídica, econômico-financeira e regularidade fiscal).</p> <p>Previsão de comprovações estritamente necessárias para o cumprimento das Obrigações contratuais e dentro das legislações aplicáveis, somente.</p>
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO PREVENTIVA	Setores Demandantes (Técnicos e Assistenciais) e Equipe de Planejamento
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	<p>Revisão das metodologias utilizadas para estimativa dos preços médios.</p> <p>Revisão dos requisitos técnicos e de habilitação de forma que somente sejam previstos no Termo de Referência e no Edital aqueles estritamente necessários ao cumprimento das obrigações contratuais e que estejam dentro das legislações vigentes.</p> <p>Análise da viabilidade de aquisição através de novo processo licitatório ou através de Dispensa de Licitação.</p>
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Setores Demandantes (Técnicos e Assistenciais) e Equipe de Planejamento

3. RISCOS NA ETAPA DE GESTÃO DO OBJETO

RISCO 01	Descumprimento do prazo de prestação do serviço
PROBABILIDADE	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO	() Baixo () Médio (X) Alto

DANO	Possível impacto na assistência devido ao descumprimento de cláusula editalícia
AÇÃO PREVENTIVA	Estabelecer prazo de entrega suficiente para que a empresa entregue o objeto solicitado dentro do prazo.
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO PREVENTIVA	Equipe de Fiscalização Contratual
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Formalização de pedido de esclarecimento formal ao fornecedor quanto ao cumprimento dos prazos. Comunicação ao setor responsável sobre o descumprimento contratual para aplicação das providências cabíveis (pedidos de esclarecimento, dilação de prazos e sanções, conforme o caso)
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Equipe de Fiscalização Contratual

RISCO 02	Serviço entregue em desconformidade com as especificações.
PROBABILIDADE	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO	() Baixo () Médio (X) Alto
DANO	Prejuízo à assistência
AÇÃO PREVENTIVA	Comunicação com o fornecedor, solicitando regularização do serviço.
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO PREVENTIVA	Unidade requisitante e Equipe de Fiscalização Contratual
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Formalização de pedido de adequação do serviço. Comunicação ao setor responsável sobre o descumprimento contratual para aplicação das providências cabíveis (pedidos de esclarecimento, dilação de prazos e sanções, conforme o caso). Análise da viabilidade de nova contratação, através de novo processo licitatório ou de outros meios previstos em lei para o reabastecimento do item.
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Equipe de Planejamento e Equipe de Fiscalização Contratual

RISCO 03	Entrega de objeto com marca ou especificação distinta da ofertada no processo licitatório
PROBABILIDADE	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO	() Baixo () Médio (X) Alto
DANO	Prejuízo à assistência
AÇÃO PREVENTIVA	Comunicação com o fornecedor, solicitando do objeto.
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO PREVENTIVA	Unidade requisitante e Equipe de Fiscalização Contratual
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Formalização de pedido de esclarecimento e providências formal ao fornecedor

	<p>acerca do item enviado em desconformidade ao ofertado no processo licitatório</p> <p>Comunicação ao setor responsável sobre o descumprimento contratual para aplicação das providências cabíveis (pedidos de esclarecimento, dilação de prazos e sanções, conforme o caso).</p>
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Equipe de Fiscalização Contratual

RISCO 04	Falha no atendimento e na prestação dos serviços relativos à garantia
PROBABILIDADE	() Baixa () Média (X) Alta
IMPACTO	() Baixo () Médio (X) Alto
DANO	Interrupção no funcionamento dos equipamentos, com impactos diretos à assistência
AÇÃO PREVENTIVA	Inserção de cláusulas referente à garantia no Termo de Referência
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO PREVENTIVA	Unidade requisitante e Equipe de Fiscalização Contratual
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	<p>Formalização de pedido de esclarecimento e providências formal ao fornecedor acerca do problema identificado.</p> <p>Comunicação ao setor responsável sobre o descumprimento contratual para aplicação das providências cabíveis (pedidos de esclarecimento, dilação de prazos e sanções, conforme o caso).</p>
RESPONSÁVEL PELA AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	Equipe de Fiscalização Contratual

ANEXO III - MODELO ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Atesta-se, para fins de participação no processo licitatório Pregão Presencial nº, da Prefeitura de Juiz de Fora, que a empresa, com inscrição no CNPJ n.º, sediada na, por representante devidamente identificado e autorizado, Sr., vistoriou o local da execução dos serviços e os equipamentos instalados, ficando ciente de todas as condições e informações referentes à execução dos serviços. Declarando ter tomado conhecimento de todas as informações e condições para o devido cumprimento do objeto da licitação em pauta, bem como estar completamente de acordo com todas as exigências do Edital e seus anexos, que o integram, independentemente de transcrição.

Data e local

Servidor

Representante legal da empresa CNPJ

ANEXO III
DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA VOLUNTÁRIA DE VISITA TÉCNICA

A empresa (nome empresarial da licitante), inscrita no CNPJ sob o nº com sede à (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a), infra-assinado, portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF/MF nº, para fins, **DECLARA**, expressamente que **OPTOU** por não realizar a vistoria ao local onde será prestado o serviço, a fim de inspecionar as instalações e realizar vistoria técnica das áreas construídas e das áreas externas (estacionamentos e áreas livres), e que **ASSUME** todo e qualquer risco por esta decisão e **SE COMPROMETE** a prestar fielmente os serviços nos termos do Edital, do Termo de Referência e dos demais anexos que compõem o processo do Pregão Eletrônico nº /2025.

..... de de 2025.

.....

[Nome do Representante Legal – Cargo – RG – CPF]